

Indústrias de armamentos não aceitam mudança no papel das Forças Armadas

FOLHA DE SÃO PAULO

ANC -

11 FEV 1987

DALTON MOREIRA

Repórter da Sucursal do Vale do Paraíba

As Forças Armadas devem continuar tendo o mesmo papel que exercem na atual Constituição, ou seja, garantindo a soberania externa e a defesa interna do Estado. Pelo menos essa é a linha de raciocínio que os ministros militares defendem juntamente com os dirigentes das principais empresas fabricantes de material bélico no Brasil, para a nova Constituição que se escreve.

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Otávio Júlio Moreira Lima, afirmou em entrevista à Folha que é da opinião de que não existe nenhuma razão concreta para que o item constitucional relativo às Forças Armadas seja alterado. Para o ministro, "todas as Constituições republicanas têm sido assim. Não vejo por que modificar. Além disso, é uma necessidade pois não existe um país que, por exemplo, restrinja suas Forças Armadas somente para a defesa da sua soberania externa."

O brigadeiro Moreira Lima disse também que no momento "nossas posições serão levadas até os congressistas através dos nossos assessores parlamentares. Foi aberto um canal permanente para o diálogo. Esperamos que o nosso posicionamento seja bem entendido e acatado pelos constituintes".

Ao ser indagado sobre a posição de alguns parlamentares que desejam que as Forças Armadas tenham seu papel constitucional restrito somente à defesa da soberania externa do país, Moreira Lima afirmou: "Esse argumento visa somente o enfraquecimento do poder central da União. É um risco muito grande". O ministro disse ainda que "se por um acaso eclodirem movimentos revolucionários em algumas áreas do território nacional. Quem vai agir? As forças públicas? Não, elas não estão equipadas. E se esse movimento ou movimentos começam a obter uma certa vantagem? É claro que as Forças Armadas terão de agir para

garantir que não haja um enfraquecimento do poder central."

Sobre o fato de que as Forças Armadas representam um dos fatores para o fortalecimento do Estado, Moreira Lima acha que são responsáveis "pela integridade e equilíbrio de todas as unidades federativas. Nem em países socialistas ou democráticos elas deixam de exercer esse papel. A própria Constituição norte-americana tem um ato constitucional, ou seja, uma lei específica, que deixa claro às Forças Armadas a defesa contra os inimigos externos e internos, além da segurança interna do país."

Leonidas

Já o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, ao ser indagado sobre o papel das Forças Armadas na nova Constituição, afirmou que "defendo a manutenção do texto atual da Constituição. Ele d i z t u d o

Além dos ministros militares, um outro grupo também está bastante preocupado com a nova carta constitucional: o dos dirigentes das empresas brasileiras de material bélico. Estes empresários temem, por exemplo, que com a mudança das atuais funções das Forças Armadas venham a enfraquecer seus mercados militares no exterior. Entretanto, mesmo mantendo um posicionamento cauteloso, admitem que se alinham aos pensamentos dos militares sobre o assunto.

Avibrás

O assessor da presidência da Avibrás (fabricante do sistema lançador múltiplo de foguetes Astros 2), engenheiro Pedro Vial, 35, disse que "somos favoráveis (os empresários do setor) à manutenção da atual missão constitucional das Forças Armadas. Do nosso ponto de vista, não houve felizmente mudança entre o regime anterior e o atual, no que diz respeito à elevada preocupação dos nossos militares quanto à nossa segurança e desenvolvimento. As ações dos militares foram e continu-

am sendo da maior lisura e patriotismo, ao longo de todos esses anos".

Ao ser questionado sobre qual deverá ser o papel dos militares na futura Constituição brasileira, o assessor da Avibrás diz que "as Forças Armadas nunca faltaram à sua missão, e se hoje temos um país imenso unido pelo mesmo idioma, devemos muito ao Exército e à Casa do (barão de) Rio Branco (onde se formam os diplomatas do Itamaraty)". Para ele, "no relacionamento entre nossa empresa e o Exército, notadamente com os órgãos específicos que mantêm contato permanente com as indústrias, como o Departamento de Material Bélico (DMB), somos testemunhas ao longo de todos esses anos da conduta ilibada e patriótica de seus oficiais. Temos lutado com o DMB há vinte anos para prover o nosso exército com equipamentos e sistemas nacionais que auxiliem a cumprir sua missão constitucional. Orgulhamo-nos dos nossos mesmos ideais serem recíprocos."

Engesa e Embraer

O diretor de assuntos especiais da Engesa (maior fabricante de carros leves de combate da América Latina), Miguel Whitaker, não quis fazer nenhum comentário sobre o assunto. Entretanto disse que "existe um alinhamento da empresa às opiniões até agora emitidas pelos ministros da área militar."

Já o diretor industrial da Embraer (fabricante da aeronave de treinamento militar T-27, o Tucano, e do caça subsônico AMX), engenheiro Antônio Garcia da Silveira, diz que "a nossa colocação é óbvia: devido à nossa ligação ao Ministério da Aeronáutica, não poderíamos deixar de sermos alinhados com o pensamento militar. Esse bom relacionamento tem sido vital para a nossa sobrevivência. Principalmente, tendo em vista que as encomendas militares permitem os desenvolvimentos tecnológicos que nos mantêm no mercado. Gostamos da vinculação bem como do apoio dos militares."